



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA	
Entrada nº:	<u>25</u>
Data:	<u>26 JAN 2016</u>

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,

Dr. Domingos Quintas

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.01.26

ASSUNTO: Proposta n.º 44-P/2016

«Aprovar o aditamento ao Mapa de Recrutamentos da Câmara Municipal de Sintra.»

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 64.º do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 26 de janeiro de 2016.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Basílio Horta



Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL

(texto aprovado em minuta)

4

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de Setembro, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 26.01.2016**

Proposta nº 44-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente, que se anexa:

VOTAÇÃO: *Aprovada por unanimidade*

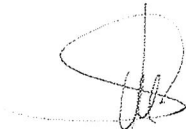
Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 26 de janeiro de 2016.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



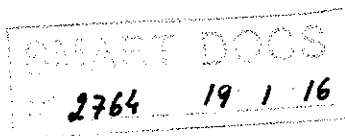
Helena Saraiva



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais - Secção de Apoio aos Órgãos Municipais
Largo Dr. Virgílio Horta, 2714-501 Sintra /Telefones: +351 219238642/8606 Fax: +351 219238647/gaom@cm-sintra.pt



PROPOSTA N.º 44 -P/2016

ADITAMENTO AO MAPA DE RECRUTAMENTOS

Considerando que:

1. No contexto das deliberações dos órgãos executivo e deliberativo municipais, de 18 e 25 de novembro de 2014, foi aprovado o Plano de Internalização das atividades desenvolvidas pela Empresa Municipal Sintra-Quorum, EEM;
2. Foi, neste seguimento, presente a competente aprovação da Câmara e Assembleia Municipal, um conjunto de propostas imprescindíveis à concretização do Plano, designadamente, atinentes à caracterização dos postos de trabalho em mapa de pessoal da autarquia e à aprovação da abertura dos procedimentos concursais indispensáveis ao provimento dos postos de trabalho correspondentes às atividades internalizadas e devidamente identificadas no Plano de Internalização oportunamente aprovado, consubstanciando a Proposta nº 908-P/2014, de 18 de novembro, aprovada pelos órgãos executivo e deliberativo, nas datas referidas;
3. No contexto das mesmas deliberações foi aprovada a abertura dos procedimentos concursais para ocupação dos postos de trabalho do mapa de pessoal do Município de Sintra, correspondentes às funções que os trabalhadores cedidos se encontravam a executar de acordo com o plano de internalização, na exata medida do âmbito da internalização;
4. Em cumprimento do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, os procedimentos concursais em causa tinham como destinatários titulares de uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, aos quais os trabalhadores em regime de cedência por interesse público podiam candidatar-se, ao abrigo de regime especial, sendo que este direito de candidatura se aplica aos procedimentos concursais para ocupação dos postos de trabalho correspondentes às funções ou atividades que o trabalhador cedido se encontrasse a executar, na exata medida do âmbito da internalização, o que determinou a possibilidade de candidatura dos trabalhadores que celebraram acordos de cedência de interesse público com este Município;

Reunião de

26 JAN. 2016

Docto Agendado com o /
Nº 4



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



5. No contexto da preparação da abertura dos procedimentos concursais em causa, e relativamente à abertura de procedimento concursal para provimento de **dois postos de trabalho da carreira Técnica Superior, na área de actividade de Produção**, foi aprovada a alteração da carreira profissional correspondente aos postos de trabalho a prover, na sequência de informação do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude, que entendeu que as actividades a desenvolver se subsumiam a carreira diversa, tendo, então, sido aprovada a alteração do mapa de pessoal dotando-o de mais dois postos de trabalho na carreira de Assistente Técnico, passando o Plano de Recrutamentos a contemplar 3 postos de trabalho de Assistente Técnico (Produção);
6. Relativamente à execução do plano de recrutamentos, foram já encetados todos os procedimentos tendentes ao provimento da totalidade dos postos de trabalho em causa, encontrando-se os mesmos, em fases diferentes de desenvolvimento, desde a fase de apreciação de candidaturas, até à classificação final de candidatos, sendo que a maioria dos procedimentos se encontra já concluída;
7. Considerando que dos procedimentos concursais já terminados, resulta, relativamente a dois deles, **Assistente Técnico**, na área funcional de **Técnico de Cena e Assistente Técnico**, na área funcional de **Produção**, ambos imprescindíveis à prossecução das actividades do Centro cultural Olga de Cadaval, a impossibilidade de provimento da totalidade dos postos de trabalho postos a concurso, os quais foram identificados como necessários à concretização das actividades objeto de internalização;
8. Considerando que, no contexto da internalização das actividades da Empresa Municipal EDUCA, foi igualmente aprovada a abertura de procedimentos concursais indispensáveis ao provimento dos postos de trabalho correspondentes às actividades internalizadas, e devidamente identificadas nos Planos de Internalização aprovados, consubstanciando a Proposta nº 457-P/2014, de 17 de junho, aprovada em 24 e 27 de junho, pelos órgãos executivo e deliberativo, respectivamente, designadamente de **Assistente Técnico**, área funcional de **Monitor de Atividade Desportiva**;

Reunião de

26 JAN. 2016

Docto Agendado com o
Nº 4



9. Considerando que o procedimento concursal, aberto para 48 postos de trabalho da citada carreira, foi concluído, sem que se lograsse prover a totalidade dos mesmos, o que determinou a abertura de novo procedimento, com possibilidade de candidatura a trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, após parecer favorável do órgão executivo e deliberação de autorização da Assembleia Municipal, de 10 e 19 de fevereiro, respectivamente, nos termos da Proposta nº 95-P/2015, o qual se concluiu também sem que se tenha conseguido ocupar a totalidade dos postos de trabalho identificados como necessários e imprescindíveis para que se garanta a concretização das actividades a desenvolver nos equipamentos desportivos municipais;
10. Considerando que os procedimentos concursais em causa visavam o provimento da totalidade dos postos de trabalho identificados como indispensáveis, para assegurar as atividades objeto de internalização, caracterizados em função da carreira e áreas funcionais, designadamente, nas áreas da gestão e funcionamento do Centro Cultural Olga do Cadaval, compreendendo o conjunto de todas as actividades destinadas a assegurar a prospecção do mercado dos espectáculos, bem como a preparação e execução de trabalhos de palco, áreas essenciais ao funcionamento do citado equipamento municipal, comprometido, pois, com a insuficiência de recursos humanos;
11. Considerando que a insuficiência de recursos humanos ganha também expressão na área de gestão e funcionamento das instalações e complexos desportivos municipais, já que compromete o normal funcionamento dos vários equipamentos desportivos municipais;
12. Considerando que, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 30º da Lei Geral em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, *“O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado”* (sendo que, nos termos da alteração à Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, relativa ao regime jurídico da reorganização do setor empresarial local, para efeitos de candidatura ao procedimento concursal, os trabalhadores cedidos são equiparados a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado), admitindo-se, em caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho, a possibilidade de se recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com o
Nº 4

procedimento concursal, precedendo parecer favorável do órgão executivo e deliberação de autorização da Assembleia Municipal;

E considerado, por fim:

13. Que haverá, ainda, que observar as disposições específicas sobre a matéria, previstas em sede de Lei do Orçamento do Estado para 2015, aprovada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, concretamente as previstas no artigo 64º, conjugado com os previstos nos artigos 62º e 47º, todos da LOE 2015, disposições mantidas em vigor, por força do disposto no Decreto-Lei nº 253/2015, de 30 de dezembro, os quais definem os atuais constrangimentos no que respeita ao controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, para que possa ser autorizado o alargamento da área de recrutamento a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida;
14. Que, como referido, não se afigura possível concretizar a totalidade dos recrutamentos identificados como necessários, no âmbito dos procedimentos concursais comuns assim encetados, dirigidos ao universo de trabalhadores da administração pública, com vínculo de trabalho por tempo indeterminado previamente estabelecido, permanecendo postos de trabalho vagos, e necessários à prossecução das atividades internalizadas, os quais não se mostra possível ocupar por recurso à mobilidade interna, nas áreas em causa, atenta a inexistência de pedidos ou de trabalhadores interessados, detentores dos requisitos para o efeito;
15. No seguimento de reunião de coordenação jurídica, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, o Senhor Secretário de Estado da Administração Local homologou, em 15 de julho de 2014, solução interpretativa uniforme que preconiza que *“As autarquias locais não têm de consultar a Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação.”*, entendimento que vem sendo acolhido por esta Autarquia, o que significa que se encontra dispensada a obrigatoriedade de execução de procedimento prévio tendente à consulta de trabalhadores situação de requalificação;

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com o
nº 4



16. Os encargos com os recrutamentos, no âmbito da internalização em causa estão previstos no orçamento municipal, na rubrica “recrutamento para novos postos de trabalho”, 06.01.00.01.01.04.04, com uma dotação inicial de 900 mil euros;
17. Encontra-se excecionada a demonstração do cumprimento dos limites de despesa com pessoal, a que se refere o artigo 62º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro, uma vez que os postos de trabalho a ocupar decorrem de processos de internalização de atividades no Município, tudo conforme previsto na alínea c) do nº 5 do citado artigo 62º;
18. Os deveres de informação previstos na Lei das Finanças Públicas, e demais legislação aplicável, têm vindo a ser pontual e integralmente cumpridos por esta Autarquia, através dos obrigatórios reportes de informação;
19. Considerando, encontrarem-se cumpridos genericamente os requisitos cumulativos exigidos pelo artigo 64º, conjugado com os previstos nos artigos 62º e 47º, todos da LOE 2015, para que possa ser autorizado o alargamento da área de recrutamento a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, relativamente aos seguintes procedimentos concursais, com vista ao provimento dos postos de trabalho que não lograrão ser providos no âmbito dos procedimentos internos já iniciados,

Tenho a honra de submeter a competente deliberação do órgão executivo municipal, solicitando que se delibere no sentido de se remeter a competente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal, o seguinte:

- 1) Que o órgão executivo municipal aprove e delibere submeter a subsequente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo das competências conferidas pelos artigos 30º e 31º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do nº 2 do artigo 64º do Orçamento do Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, tendo em conta as necessidades evidenciadas, bem como as disposições legais aplicáveis em matéria de gestão das despesas com pessoal, que seja aprovado o aditamento ao mapa de recrutamentos, a seguir identificado,

no contexto dos processos de internalização das atividades da Empresa Municipal EDUCA e SintraQuórum, aprovando o alargamento excecional da área de recrutamento a trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida e nos exatos termos e tendo em conta o número de postos de trabalho, identificados em quadro que faz integrante da presente proposta.

- 2) Que o órgão executivo municipal aprove e delibere submeter a subsequente deliberação de aprovação da Assembleia Municipal que o limite máximo de postos de trabalho a prover no âmbito de cada um dos aludidos procedimentos concursais seja alargado até ao limite dos postos a preencher, por referência ao número de postos de trabalho identificados nos Planos de Internalização aprovados, para cada uma das carreiras identificadas, e tudo conforme melhor explicitado na coluna 5 do quadro anexo.

Mapa de Recrutamentos

1.Unidade Orgânica de integração	2. Carreira	3. Área funcional/ Formação	4. Número de Postos de Trabalho providos	5. Número de Postos de Trabalho a prover	6. Número Postos de trabalho aprovados nos Planos de Internalização
DCD	Assistente Técnico	Cena	4	3	7
DCD	Assistente Técnico	Produção	1	2	3
DCD-DDJU	Assistente Técnico	Monitor de Atividade Desportiva	42	6	48

Município de Sintra, aos 18 de 01 de 2016

O Presidente da Câmara


Dr. Basílio Horta

Reunião de

26 JAN. 2016

Doctº Agendado com o
Nº 4